

A BEIRA DE PERDER O BONDE DA HISTÓRIA

Preocupa cada vez mais a incapacidade do Governo de efetivamente gastar os recursos orçamentários autorizados para investimento na infra-estrutura de transporte. Enquanto cresce a preocupação com a inflação mundial e seus reflexos sobre a economia brasileira, o Ministério dos Transportes segue na mesma marcha que desenvolvendo desde 2004, quanto à uma execução orçamentária absolutamente insatisfatória no que concerne a investimentos em infra-estrutura.

Em 2004 somente conseguiu executar 29% dos recursos autorizados; e 2005, 46%; em 2006, 35,47%; em 2007, 30,9%. E em 2008, até 31 de julho, dos R\$ 6,8 bilhões inscritos como restos a pagar de 2007, e dos R\$ 9,56 bilhões autorizados no OGU não tinha executado mais do que 14%, algo como R\$ 2,1 bilhões.

Nesse ritmo, que ninguém se espante se, salvo o tradicional artifício contábil da “liquidação forçada”, ao chegarmos ao final do exercício o MT não tenha sido capaz de liquidar nem os R\$ 6,8 bilhões de restos a pagar que passaram do exercício de 2007, o que significaria que os recursos do OGU 2008 teriam ficado intactos. Uma verdadeira “gafe”.

Por sua vez a Secretaria Especial de Portos, de R\$ 0,43 bilhões autorizados no OGU 2008, a esta altura ainda não passou do nível dos 7% na execução.

Em nosso número anterior afirmávamos que “se as coisas não mudarem, o PAC, pelo menos no que diz respeito à infra-estrutura de transporte, não passará de um redondo fracasso.” O perigo já é concreto.